

João Aparecido Bazolli | Mariela Cristina Ayres de Oliveira
Patrícia Orfila Barros dos Reis | Olívia de Campos Maia Pereira
(Organizadores)



Resenhas sobre

Palmas: uma cidade sustentável

João Aparecido Bazolli
Mariela Cristina Ayres de Oliveira
Patrícia Orfila Barros dos Reis
Olivia de Campos Maia Pereira
(Organizadores)

Resenhas sobre

Palmas: uma cidade sustentável



Palmas – TO
2019

**Reitor**

Luis Eduardo Bovolato

Vice-reitora

Ana Lúcia de Medeiros

Conselho Editorial

Cynthia Mara Miranda (Presidenta)

Danival José de Souza

Idemar Vizolli

Ildon Rodrigues do Nascimento

Nilton Marques de Oliveira

Ruhena Kelber Abrão Ferreira

Pró-Reitor de Administração e Finanças (PROAD)

Jaasiel Nascimento Lima

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis e Comunitários (PROEST)

Kherlley Caxias Batista Barbosa

Pró-Reitora de Extensão e Cultura (PROEX)

Maria Santana Ferreira Milhomem

Pró-Reitora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (PROGEDEP)

Elisabeth Aparecida Corrêa Menezes

Pró-Reitora de Graduação (PROGRAD)

Vânia Maria de Araújo Passos

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESQ)

Raphael Sanzio Pimenta

Prefeitura Universitária

João Batista Martins Texeira

Procuradoria Jurídica

Marcelo Moraes Fonseca

Projeto Gráfico/Diagramação

M&W Comunicação Integrada

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins – SISBIB/UFT

R433 Resenha sobre Palmas: uma cidade sustentável/ organizadores: João Aparecido Bazolli, Mariela Cristina Ayres de Oliveira, Patrícia Orfila Barros dos Reis, Olívia de Campos Maia Pereira. – Palmas: EDUFT, 2019.
62 P.:IL. color

ISBN: 978-85-60487-55-4

1. Regularização fundiária. 2. Habitação. 3. Direito a cidade. I. Título.

CDD 711.4

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

SUMÁRIO

Prefácio.....	6
Introdução.....	7
Projeto Morar Melhor e a ocupação da região das Arnos – Palmas/TO	12
Condomínios horizontais fechados, periferia e segregação socioterritorial urbana	14
Estudo de caso em habitações em Palmas/TO: valores que devem ser considera- dos em relação a NBR 15575-5 E NBR 15220-3	17
Habitações de interesse social: uma reflexão sobre a qualidade do espaço	21
Unidades habitacionais na quadra 408 Norte em Palmas.....	24
Notas de campo sobre assentamentos precários em Palmas/TO	28
Condomínio Morada do Sol – habitação digna para quem?	30

Habitação de interesse social no Brasil: onde estão os bons projetos?	33
Qualidade térmica das edificações: um estudo de caso no Aurenny III.....	36
Palmas/TO: um relato sobre as primeiras habitações sociais.....	40
Avaliação das 120 unidades habitacionais populares da quadra 408 Norte em Palmas/TO.....	43
Habitação, cidade e cidadania: a história da quadra 1306 Sul	47
A precaridade em áreas irregulares X a dignidade humana em Palmas/TO	52
Projetos urbanísticos e memória social: um olhar sobre a implantação do teleférico no Morro da Providência	55
O desafio da inclusão da comunidade Canela no plano urbanístico de Palmas..	58

PREFÁCIO

A coletânea aqui apresentada é resultado de artigos enviados ao I Encontro de Regularização Fundiária, Habitação e Direito à Cidade (I ERHAD), de abrangência nacional, organizado pelos professores e doutores João Aparecido Bazolli, Mariela C. A. de Oliveira, Olivia de Campos Maia Pereira e Patrícia Orfila Barros dos Reis, envolvendo os cursos de Arquitetura e Urbanismo e Direito da UFT. O evento discutiu temas como o acesso à terra urbanizada, Regularização Fundiária, Plano Nacional de Habitação de Interesse Social, qualidade dessas habitações e direito à cidade. Pesquisadores, docentes, estudantes, gestores e técnicos, membros de conselhos municipais e estaduais, movimentos sociais; todos agentes sociais envolvidos com a temática do desenvolvimento urbano participaram do encontro e trouxeram suas reflexões através de palestras, apresentações de trabalhos, exposição fotográfica, visita técnica e mesas de debate. Os textos catalogados aqui foram apresentados no I ERHAD, inaugurando um importante momento de democratização do conhecimento acerca de regiões até então negligenciadas, tanto pelo poder público quanto por produções acadêmicas. Loteamentos murados, condomínios fechados no centro da cidade, falta de operabilidade do IPTU Progressivo; construção de habitação social distante de equipamentos básicos, famílias desprovidas de água, luz e direitos e especulação imobiliária em áreas próximas ao centro das cidades, foram alguns dos temas debatidos. Assim, esta obra é uma valiosa contribuição para a consolidação da pesquisa na região Norte, que envolve a problemática da regularização fundiária, da habitação social e do direito à cidade no contexto da Amazônia Legal.

INTRODUÇÃO

João Aparecido Bazolli
Mariela Cristina Ayres de Oliveira
Patrícia Orfila Barros dos Reis
Olivia de Campos Maia Pereira

Desde 2005 o governo federal vem desenvolvendo programas de financiamento a empreendimentos habitacionais em regime de autogestão por meio de associações e cooperativas. O desenvolvimento dessa política se dá em função da reivindicação dos movimentos de moradia, que consideram as experiências autogestionárias fundamentais para a politização da sociedade e para o fortalecimento da cidadania. Esses movimentos têm como princípios básicos a busca por moradia de qualidade e a gestão democrática dos projetos habitacionais.

Nos projetos executados, observa-se a tendência de construção de moradias em série, em que a produção capitalista e a necessidade de lucro dos empreendimentos fazem com que a qualidade dos projetos e das edificações fique longe do ideal de habitabilidade em seus diversos aspectos (sociais, culturais e econômicos). A expansão periférica da cidade e a utilização de padrões construtivos mínimos são aparentemente o padrão dos projetos habitacionais implantados.

Esse contexto demonstra a grande necessidade de produção habitacional com diversas frentes de proposição, com vistas a suprir o déficit e, ao mesmo tempo, a qualificar o ambiente construído, buscando respeitar o conceito de habitabilidade e equacionar o conflito entre produção de moradias adequadas e bem localizadas e valor condizente aos programas habitacionais desenvolvidos pelo Estado.

Ao longo do século XX, as cidades brasileiras sofreram intenso processo de urbanização. Em menos de 50 anos a população bra-

sileira passou de majoritariamente rural para predominantemente urbana, chegando atualmente a um índice superior a 80% de urbanização. Esse processo se caracterizou principalmente pela migração da população de baixa renda para as cidades em busca de melhores condições de vida e acabou por concentrá-la em espaços sem qualidade adequada. O resultado disso foi um país marcado por fortes desigualdades sociais, com cidadania ambígua e grande parcela da população vivendo à margem de seus direitos (MARICATO, 2000; ROLNIK, 2007).

A população que ocupa o território e o modifica segundo suas necessidades é considerada “informal” ou “ilegal” por não seguir o “padrão urbanístico ideal”. Essa população se estabelece à margem da cidade e mercadologicamente é quase ignorada, pois não faz parte dos interesses das elites econômicas, uma vez que não proporciona diretamente o lucro por elas esperado. As consequências dessas desigualdades provocaram uma série de problemas urbanísticos, sociais e ambientais (MARICATO, 2000; SOUZA, 2010).

Esses problemas vivenciados nas cidades brasileiras foram os principais motivos que incitaram a população a se organizar em movimentos sociais em busca de alternativas para melhorar a qualidade de vida do ambiente urbano, principalmente a partir da década de 1970. Nesse contexto, importantes marcos normativos foram criados visando a solucionar os problemas urbanísticos (MARICATO; SANTOS JUNIOR, 2007). O primeiro foi a inclusão do Capítulo II na Constituição Federal de 1988, que dispõe sobre política urbana.

A Carta Magna também consolidou como fundamental o direito à moradia, como o “direito de viver em segurança, em paz e com dignidade”. Outro importante marco regulatório que se constituiu no principal instrumento da política urbana brasileira foi o Estatuto da Cidade aprovado em 2001, que regulamenta o capítulo relativo à política urbana (artigos 182 e 183) da Constituição.

A aprovação do Estatuto da Cidade em 2001, a criação do Ministério das Cidades e do Conselho Nacional das Cidades, ambos em 2003, representaram marcos institucionais importantes para o estabelecimento de uma política nacional de desenvolvimento urbano com controle social. Possibilitaram a criação de diversos programas de desenvolvimento urbano, como a campanha dos planos diretores participativos na área de planejamento territorial, que apoiou os municípios na elaboração de seus planos diretores. A inserção do controle social nos novos marcos regulatórios é elemento fundamental de ampliação democrática, uma vez que a população passa a acompanhar as decisões públicas e sua implementação.

Para Maricato e Santos Junior (2007), os movimentos sociais foram importantes protagonistas nas conquistas referentes à história urbana do Brasil. Os principais marcos normativos da política habitacional no Brasil consistem na instituição da Política Nacional de Habitação (PNH) (2004), do Sistema Nacional de Habitação (2005) e do Plano Nacional de Habitação (2009). Importante ressaltar que a lei que criou o Sistema e o Fundo Nacional de Habitação foi o primeiro projeto de lei de iniciativa popular aprovado no país. O projeto tramitou durante 13 anos e se constituiu na maior representação da força dos movimentos populares.

O conceito de moradia expresso nos marcos normativos integra diversos aspectos do direito à cidade e à cidadania. O Estatuto da Cidade integra o direito à moradia, a garantia do direito a cidades sustentáveis, conceito que deve ser compreendido em seus aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais (Lei 10.257/2001, art. 2º).

No Tocantins, o Pehis define a moradia adequada como a que “[...] incorpora a infraestrutura, o saneamento ambiental, a mobilidade, o acesso aos equipamentos e serviços públicos e sociais e ao mercado de trabalho; promovendo a sua inserção urbana em um meio ambiente equilibrado” (TOCANTINS, 2013, p.10). Percebe-se que o conceito de moradia é amplo e não pode ser restrito, como de costume, a um teto para abrigar uma família.

A autogestão da moradia foi uma das bandeiras dos movimentos sociais norteadas pela definição coletiva de parâmetros de qualidade, que se diferencie da racionalidade da produção capitalista privada, em busca por projetos diferenciados no que se diz respeito à qualidade da moradia, ao padrão estético e construtivo e também à área útil da habitação e às áreas de uso coletivo (BONDUKI, 1992; LAGO, 2011).

Mesmo com o Plano de Regularização Fundiária Sustentável de Palmas (PRFS) os dados sobre assentamentos irregulares na capital ainda são defasados. Por isso, por meio do projeto de extensão PROEXT 2014, Palmas em foco: por uma cidade sustentável, realizado pela Universidade Federal do Tocantins (UFT) em parceria com diversos órgãos e entidades, foram iniciados levantamento e diagnóstico de cinco ocupações irregulares de baixa renda em Palmas, com objetivo de disponibilizar para a sociedade informações, ainda que preliminares, que evidenciem a realidade da questão fundiária e principalmente as dificuldades que muitas famílias palmeneses enfrentam.

Os textos desta coletânea foram apresentados e discutidos durante o Encontro de Regularização Fundiária, Habitação e Direito à Cidade (ERHAD) de 2014 e dialogam sobre os aspectos habitacionais: precariedade, déficit, qualificação e participação popular sobre três vertentes:

1. Aglomerados subnormais, assentamentos precários e déficit habitacional: discutindo conceitos sobre identificação e quantificação de aglomerados subnormais e assentamentos precários em suas relações com as diversas dinâmicas urbanas contemporâneas. O crescimento do déficit habitacional quantitativo e suas relações com o mercado imobiliário.
2. Déficit qualitativo e suas implicações para os processos de regularização. Experiências em habitação de interesse social, ou seja, experiências diversas em regularização de as-

sentamentos precários. Experiências de regularização com a utilização de ZEIS e outros instrumentos do Estatuto das Cidades. Programas habitacionais nas diversas esferas, estudos e impactos.

3. Qualificação da habitação e participação social debatendo sobre a irregularidade: regularização e assistência técnica. Experiências de qualificação de assentamentos precários e conjuntos habitacionais. Experiências e potencialidades do Fundo Municipal de Habitação e conselho gestor do fundo e suas relações com políticas de regularização fundiária.

Projeto Morar Melhor e a ocupação da região das Arnos – Palmas/TO

Fernanda de Alencar Fernandes

Carlla Laiz Ferronato Barros

Nathália de Almeida Valadares

Sátyla Cerqueira Brandão

A construção do programa Morar Melhor pela construtora Andrade Gutierrez iniciou a partir de 1993 e se estendeu até aproximadamente 2001. Essa construção aconteceu na região norte de Palmas, nas quadras Arnos 31, 32, 33 e 43 (atuais 303, 305, 307 e 403); e no distrito de Taquaruçu. Ao todo foram construídas 900 habitações das quais 807 estão na região norte, área de estudo deste trabalho. Cada edificação possui área total construída de 26,90 m², dividida em sala (6,96 m²), cozinha (7,50 m²), área de serviço, banheiro (2,20 m²) e um quarto (6,92 m²) (MOTA,2006).

A estrutura e o acabamento são de paredes e pilares de blocos cerâmicos estruturais que dispensam revestimento e pintura, as portas e janelas são em ferro galvanizado com pintura em tinta a óleo, a cobertura é em telha cerâmica tipo francesa e possui inclinação menor que 30%. Quanto à acessibilidade, a porta de entrada está localizada no desnível do lote, onde há uma elevação de acesso improvisada com duas fileiras de blocos cerâmicos, além da calçada que cerca a casa.

Os lotes doados possuem 264 m², área suficiente para possível ampliação e/ou, como foi percebido, construção de quitinetes, que possibilitam um acréscimo na renda do proprietário. O projeto original prevê ampliação para pelo menos dois cômodos através de recortes em uma das paredes que permitem o acesso aos novos ambientes. Entre as modificações feitas pelos usuários estão: ampliação

de cômodos, troca de esquadrias, acréscimo de reboco e forro.

Após pesquisas feitas no local e entrevistas com moradores, observa-se que a tipologia das moradias não atende às necessidades mínimas exigidas pela Lei Complementar nº 18, de 17 de março de 2000 (posterior ao projeto). O telhado possui inclinação inferior ao mínimo recomendável, que é de 32%. As calçadas que circundam a casa são estreitas e não é previsto nenhum pavimento de acesso da rua até a casa. As esquadrias não permitem a entrada de luz necessária, nem ventilação suficiente e não foram previstas portas internas no projeto, desfavorecendo a privacidade.

As casas têm orientações diferentes em relação ao lote, mas sem levar em consideração a melhor orientação solar. A circulação entre os ambientes está prejudicada pela localização dos acessos e compromete também a distribuição do layout. A área total é insuficiente para abrigar uma família de quatro pessoas. No entanto, parte dos moradores se mostra satisfeita com as condições das casas. A localização é relativamente próxima ao centro e no entorno há serviços, comércios e equipamentos urbanos que suprem as necessidades básicas dos moradores.

Referência

MOTA, Gecely França. **Diretrizes projetuais para habitação de interesse social para Palmas - TO**. Trabalho Final de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Tocantins, 2006.

Condomínios horizontais fechados, periferia e segregação socioterritorial urbana

Adão Francisco de Oliveira
Sheryda Lila de Souza Carvalho

A tendência à homogeneização das paisagens urbanas por meio dos condomínios horizontais fechados (CHF's) está redefinindo a ordem centro-periferia, predominante há algumas décadas. O que pressupõe que o espaço urbano moderno se reproduz por meio do consumo do seu próprio espaço.

Nessa redefinição, a insegurança é o argumento utilizado, produzido através do imaginário do medo. É comum que os CHF's sejam produtos imobiliários que agregam valor e maximizam os lucros, vendendo a ideia de segurança e qualidade de vida por valerem-se do fechamento e controle ao acesso. Assim, com o marketing imobiliário, as periferias urbanas passaram a se redefinir (SPOSITO, 2006). Outro fato importante é que esses espaços segregados excludentes empurram os pobres para áreas cada vez mais distantes e desvalorizadas, reproduzindo o cenário de segregação socioterritorial.

Caldeira (2000) usou o termo “enclaves fortificados” para identificar certos conjuntos de escritórios, shoppings centers e outros espaços que se adaptaram para se conformar a um modelo segregador, como escolas, centros de lazer e parques temáticos, além dos CHF's.

Os enclaves fortificados apresentam características que justificam sua definição e facilitam sua identificação. São privados e restritos, apesar do seu caráter coletivo, desvalorizam o que é público na cidade, apresentam demarcações materializadas, como muros ou grades, enfatizando o seu interior em detrimento da rua. Possuem

regras próprias de inclusão e exclusão por meio de segurança privada e sistemas de monitoramento (CALDEIRA, 2000).

Por constituírem-se em espaços autônomos, independentes do seu entorno, a forma residencial dos enclaves fortificados adapta-se a qualquer lugar, inclusive os distantes do núcleo central e das áreas nobres tradicionais, desenvolvendo-se em periferias compostas pelas classes empobrecidas (CALDEIRA, 2000). Assim acontecem novas formas de habitação urbana, que têm redefinido a forma e os conteúdos da periferia por meio da justaposição contraditória dos conjuntos habitacionais implantados pelo poder público e pelos loteamentos voltados às pessoas de maior poder aquisitivo (SPOSITO, 2004).

Nessa nova dinâmica, a periferia está no centro das atenções, pois não possui congestionamentos, poluição sonora e tudo mais que aumenta o estresse. A periferia é o local em que a maioria da população pobre está destinada a morar. Um local que não dispõe de serviços sociais e de infraestrutura adequada, mesmo que se pague determinado valor por ela (SANTOS, 1996).

Entretanto, a periferia tem recebido investimentos, valorizando os empreendimentos que trazem consigo condições de acesso rápido e fácil e infraestrutura até então ausente ou deficiente. Dessa nova forma de apropriação desigual do espaço urbano surge o processo de segregação socioterritorial. Segundo Villaça (2001), a segregação é um processo segundo o qual, diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões ou conjuntos de bairros.

Caldeira (2000) afirma que os enclaves são socialmente homogêneos, escolhidos por pessoas seletas, que se distanciam do movimento, do perigo e da imprevisibilidade das ruas, rompendo com o resto da cidade e com o espaço público. Os enclaves fortificados conferem status a seus moradores.

Desse modo, os obstáculos físicos criados simbolizam o desejo de distanciamento e afirmação da diferenciação social estabeleci-

da. Essa concentração de classes acaba por determinar o valor que é agregado ao solo quando da construção de CHF's, reforçando ainda mais a segregação socioterritorial. Almeida (2007) ressalta que, nesses lugares privados, a sociedade não é vista como um todo, mas como indivíduos que podem pagar, adquirir e utilizar o próprio espaço. A segregação é, então, traduzida no acesso/modo de apropriação e usos do solo, consagrando uma concepção liberal da vida, transformando o espaço em meio de separar os homens pela disposição econômica.

Referências

ALMEIDA, Rute Athayde. **Olhando a metrópole atrás dos muros**. In: PAULA, Flavia Maria de Assis; CAVALCANTI, Lana de Souza (Orgs.). *A cidade e seus lugares*. Goiânia: Vieira, 2007. p. 118.

CALDEIRA, Teresa Pires do R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania** em São Paulo: São Paulo: Edusp, 2000.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SPOSITO, Maria Encarnação B. **Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo**, Brasil. *Investigaciones Geográficas*, México, n.54, p.114-139, ago. 2004.

_____. **Cidades Médias: produção do espaço urbano e regional**. São Paulo: Expressão Popular. 2006.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Nobel, 2001.

Estudo de caso em habitações em Palmas/TO: valores que devem ser considerados em relação a NBR 15575-5 E NBR 15220-3

Victor Costa, Renato Reis

Ana Leticia Duailibe

Mariela Cristina Ayres de Oliveira

Segundo a NBR 15220-3, o Tocantins está localizado na zona bioclimática 7, presente em 12,6% do território brasileiro. Essa norma define diretrizes arquitetônicas em relação à implantação de projetos, como evitar aberturas nas paredes leste e oeste, proteção solar nas fachadas norte e sul e orientação das aberturas de acordo com a ventilação natural local.

A maioria das experiências nacionais utilizam tipologias construtivas em blocos estruturais de concreto de 14 cm de largura e coberturas de concreto impermeabilizado. O bloco estrutural de concreto tem grande utilização por apresentar menor custo por m² de parede e permitir assentamento a seco, o que garante maior agilidade na elevação das paredes, dispensa pintura e permite a reutilização dos blocos.

Foi analisada a construção da quadra 1306 Sul, que faz parte do programa Construindo Juntos, em relação aos valores designados pelas NBR 15220-3 e NBR 15575-1 no que diz respeito às técnicas construtivas e materiais.

As tipologias construtivas mais utilizadas na construção de habitações sociais são o tijolo cerâmico e o bloco de concreto. A NBR 15575-4/2013 define valores relevantes às trocas entre o meio e a construção civil. Para zona bioclimática 7, conforme Tabela 1, para absorvância (α) $\leq 0,6 = U \leq 3,7$ e $\alpha > 0,6 = U \leq 2,5$.

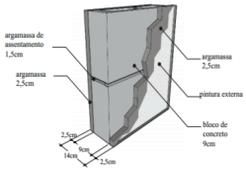
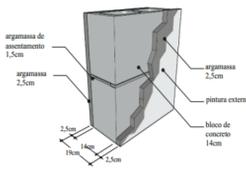
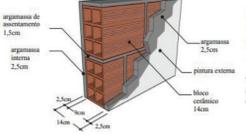
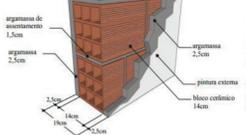
Tabela 1: Transmitância térmica (U) segundo a NBR ABNT 15575-4

Transmitância Térmica U W/m ² .K		
Zonas 1 e 2	Zonas 3,4,5,6,7 e 8	
U ≤ 2,5	α ^a ≤ 0,6	α ^a ≤ 0,6
	U ≤ 3,7	U ≤ 2,5
a α é absorvância à radiação solar da superfície externa da parede		

Fonte: NBR 15575, 2013

Ao comparar-se a Tabela 1 com a Tabela 2, nota-se que as paredes que apresentam melhores qualidades térmicas com menor transmitância são as de tijolo cerâmico furado de 14 cm. Para coberturas, os itens analisados são de telha cerâmica, diferindo-se pela laje ou forro, e telha metálica com EPS e laje pré-moldada.

Tabela 2: Valores comparativos de transmitância entre os blocos de concreto e tijolo cerâmico

 <p>Descrição: Argamassa interna (2,5cm) Bloco de concreto (9,0 x 19,0 x 39,0cm) Argamassa externa (2,5cm) Pintura externa (α)</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>U</th> <th>C_r</th> </tr> <tr> <th>[W/(m².K)]</th> <th>[kJ/m².K]</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2,78</td> <td>209</td> </tr> </tbody> </table>	U	C _r	[W/(m ² .K)]	[kJ/m ² .K]	2,78	209	 <p>Descrição: Argamassa interna (2,5cm) Bloco de concreto (14,0 x 19,0 x 39,0cm) Argamassa externa (2,5cm) Pintura externa (α)</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>U</th> <th>C_r</th> </tr> <tr> <th>[W/(m².K)]</th> <th>[kJ/m².K]</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2,69</td> <td>272</td> </tr> </tbody> </table>	U	C _r	[W/(m ² .K)]	[kJ/m ² .K]	2,69	272
U	C _r												
[W/(m ² .K)]	[kJ/m ² .K]												
2,78	209												
U	C _r												
[W/(m ² .K)]	[kJ/m ² .K]												
2,69	272												
<p>Bloco de concreto de 9 cm</p>	<p>Bloco de concreto de 14 cm</p>												
 <p>Descrição: Argamassa interna (2,5cm) Bloco cerâmico (9,0 x 14,0 x 24,0 cm) Argamassa externa (2,5cm) Pintura externa (α)</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>U</th> <th>C_r</th> </tr> <tr> <th>[W/(m².K)]</th> <th>[kJ/m².K]</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2,46</td> <td>150</td> </tr> </tbody> </table>	U	C _r	[W/(m ² .K)]	[kJ/m ² .K]	2,46	150	 <p>Descrição: Argamassa interna (2,5cm) Bloco cerâmico (14,0 x 19,0 x 29,0cm) Argamassa externa (2,5cm) Pintura externa (α)</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>U</th> <th>C_r</th> </tr> <tr> <th>[W/(m².K)]</th> <th>[kJ/m².K]</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1,85</td> <td>161</td> </tr> </tbody> </table>	U	C _r	[W/(m ² .K)]	[kJ/m ² .K]	1,85	161
U	C _r												
[W/(m ² .K)]	[kJ/m ² .K]												
2,46	150												
U	C _r												
[W/(m ² .K)]	[kJ/m ² .K]												
1,85	161												
<p>Tijolo cerâmico de 9cm</p>	<p>Tijolo cerâmico de 14cm</p>												

Fonte Inmetro, 2013

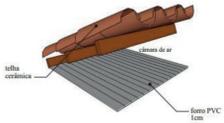
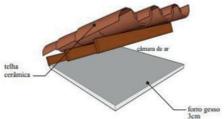
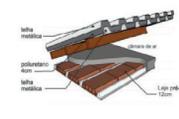
No projeto estudado, são utilizadas telhas cerâmicas e forro de PVC. De acordo com o Inmetro^{1*}, as propriedades de transmitância térmica (U) e capacidade térmica (CT) das coberturas (Tabela 4) para zona bioclimática 7, conforme Tabela 3, para absorvância (α) $\leq 0,4 = U \leq 2,3FV$ e $\alpha > 0,4 = U \leq 1,5FV$.

Tabela 3: Transmitância térmica (U) segundo a NBR ABNT 15575-5

Transmitância Térmica U W/m ² .K				
Zonas 1 e 2	ZONAS 3 A 6		ZONAS 7 E 8	
U $\leq 2,5$	U $\leq 2,3$	$\alpha^a \leq 0,6$	$\alpha^a \leq 0,4$	$\alpha^a \leq 0,4$
	U $\leq 3,7$	U ≤ 15	U $\leq 2,3$ FV	U $\leq 1,5$ FV
α é absorvância à radiação solar da superfície externa da cobertura NOTA O fator de ventilação (FV) é estabelecido na ABNT NBR 15220-2.				

Fonte: NBR 15575, 2013

Tabela 4: Transmitância térmica (U) segundo a NBR ABNT 15575-5

 <p>Descrição: Forro PVC (1,0cm) Câmara de ar (>5,0 cm) Telha cerâmica</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>U</th> <th>Cr</th> </tr> <tr> <th>[W/(m²K)]</th> <th>[kJ/m²K]</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1,75</td> <td>21</td> </tr> </tbody> </table>	U	Cr	[W/(m ² K)]	[kJ/m ² K]	1,75	21	 <p>Descrição: Laje pré-moldada 12cm (concreto 4cm + ligante cerâmica 7cm + argamassa 1cm) Câmara de ar (>5,0 cm) Telha cerâmica</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>U</th> <th>Cr</th> </tr> <tr> <th>[W/(m²K)]</th> <th>[kJ/m²K]</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1,79</td> <td>185</td> </tr> </tbody> </table>	U	Cr	[W/(m ² K)]	[kJ/m ² K]	1,79	185
U	Cr												
[W/(m ² K)]	[kJ/m ² K]												
1,75	21												
U	Cr												
[W/(m ² K)]	[kJ/m ² K]												
1,79	185												
<p>Telha cerâmica e forro PVC</p>	<p>Telha cerâmica e laje pré-moldada</p>												
 <p>Descrição: Forro gesso (3,0cm) Câmara de ar (>5,0 cm) Telha cerâmica (1cm)</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>U</th> <th>Cr</th> </tr> <tr> <th>[W/(m²K)]</th> <th>[kJ/m²K]</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1,94</td> <td>37</td> </tr> </tbody> </table>	U	Cr	[W/(m ² K)]	[kJ/m ² K]	1,94	37	 <p>Descrição: Laje pré-moldada 12cm (concreto 4cm + EPS 7cm + argamassa 1cm) Câmara de ar (>5,0 cm) Telha metálica* 0,1cm Polietileno 4,0cm Telha metálica* 0,1cm</p> <p>* A transmitância térmica multiplicada por α na tabela sem fornecer absorvância ou emissividade.</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>U</th> <th>Cr</th> </tr> <tr> <th>[W/(m²K)]</th> <th>[kJ/m²K]</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>0,53</td> <td>176</td> </tr> </tbody> </table>	U	Cr	[W/(m ² K)]	[kJ/m ² K]	0,53	176
U	Cr												
[W/(m ² K)]	[kJ/m ² K]												
1,94	37												
U	Cr												
[W/(m ² K)]	[kJ/m ² K]												
0,53	176												
<p>Telha cerâmica e forro de gesso</p>	<p>Telha metálica + EPS e laje pré-moldada</p>												

Fonte: NBR 15575, 2013

1 *Anexo da portaria INMETRO N° 50/ 2013 – Catálogo de Propriedades Térmicas de Paredes, Coberturas e Vidros.

A tipologia utilizada, telha cerâmica e forro PVC, apresenta transmitância térmica adequada apenas na condição de $\alpha \leq 0,4$, porém as habitações são entregues com a telha cerâmica na tonalidade natural com α variando de 0,75 a 0,8, extrapolando o nível de transmitância solar.

Conclui-se que as habitações analisadas utilizam paredes de vedação de bloco de concreto e apresentam altos níveis de transmitância térmica (U) e absorvância térmica (α), excedendo os limites estabelecidos na norma. A cobertura de telha cerâmica e o forro PVC apresentam nível de capacidade térmica insuficiente e aumentam a temperatura interna das habitações do segundo pavimento.

Referências

BONDUKI, Nabil Georges. **Habitação & Autogestão: Construindo territórios de Utopia**. Fase. Rio de Janeiro, 1992.

_____. **Do Projeto Moradia ao Programa Minha Casa Minha Vida**. TD. Teoria e Debate, v. 82, 2009.

BRASIL, **Ministério das Cidades**. Brasília, DF, 2004.

_____. **NBR 15220-2: Desempenho Térmico de Edificações - parte 2: Métodos de cálculo da transmitância térmica, da capacidade térmica, do atraso térmico e do fator solar de elementos e componentes de edificações**. Rio de Janeiro, 2005.

_____. **NBR 15575-4: Edificações habitacionais — Desempenho Parte 4: Sistemas de vedações verticais internas e externas – SVVIE**. Rio de Janeiro, 2013.

_____. **NBR 15575-5: Edificações habitacionais — Desempenho Parte 5: Requisitos para sistemas de coberturas**. Rio de Janeiro, 2013.

INMETRO N° 50/ 2013 – **Catálogo de Propriedades Térmicas de Paredes, Coberturas E Vidros**. Brasil, 2013

Habitações de interesse social: uma reflexão sobre a qualidade do espaço

Fernando Neri Silva

Walfredo Antunes de Oliveira Filho

Mariela Cristina Ayres de Oliveira

Nas últimas décadas, o Brasil vem se esforçando no combate ao déficit habitacional, entretanto a exigência por baixos custos e rapidez construtiva têm feito com que isso se torne uma espécie de produto. A produção de edifícios para abrigar populações de baixa renda está acelerada, mas nesse processo percebe-se o descuido com a qualidade e a responsabilidade dos projetos executados.

Elementos básicos de arquitetura, como conforto ambiental, espaços bem dimensionados, relação espaço privado espaço público e atendimento das necessidades do morador, acabam em segundo plano. Os resultados dessas falhas de projeto aparecem nas avaliações pós-ocupacionais, que revelam a insatisfação da maioria dos moradores de unidades habitacionais destinadas à baixa renda. As habitações de interesse social têm se incorporado à paisagem de muitos municípios brasileiros com suas formas simples, padronizadas e arquitetura muitas vezes deficiente. A realidade técnica e funcional da maioria dessas habitações difere da casa ideal, que muito se vê nos anúncios e propagandas. (BRUNETTO, SOUZA, SZUCS, 1999)

A partir de 2009 surge o programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), sancionado pela Lei 11.977/2009 (BRASIL, 2009). O PMCMV tem como objetivo promover a aquisição de terreno e construção ou requalificação de empreendimentos habitacionais em

regime de condomínio ou loteamento em áreas urbanas, oferecendo dois padrões construtivos diferenciados de acordo com a receita familiar mensal.

Os problemas que surgem nesse tipo de construção são em sua maioria de simples resolução e se relacionam a questões de conforto ambiental, à adequação do edifício à região de implantação e à realidade sociocultural de seus moradores. Essas falhas, que aparentemente podem parecer pequenas, agravam-se na mesma proporção em que cada unidade habitacional é repetida em seus conjuntos habitacionais. Esse lugar a ser habitado gera impacto direto na vida de seus moradores e, por consequência, na cidade, na região, no estado e em todo país, seja em aspectos físicos, econômicos, de infraestrutura, sociais e até mesmo culturais. Esses impactos serão positivos quando as soluções adotadas para essas edificações forem responsáveis, e negativos quando forem negligenciados princípios básicos de arquitetura, como oferecer no mínimo um bom espaço aos seus usuários. (BARBOSA, ROZENDO, VILLAROUÇO, 2003)

O fator determinante para a resolução de um projeto para habitação de interesse social tem sido o econômico. No cenário brasileiro, quando se fala em obras governamentais, principalmente as ligadas à habitação, há grande dificuldade em se conciliar a boa arquitetura com o custo adequado. Uma residência com fins populares possui área de 40m² em média, um espaço pequeno para abrigar com conforto uma família de quatro pessoas. A má qualidade dos espaços não se restringe ao tamanho, mas se expande para questões de conforto ambiental, desenho e disposição adequada dos espaços, tratamento adequado do entorno dessas construções, entre tantas outras. O resultado mais visível e frequente devido a essas falhas é a falta de adaptação do morador a sua residência, visto que grande parte dessas edificações sofre reformas após a ocupação.

Não é impossível realizar um projeto de habitação popular com qualidade, responsabilidade e baixo custo. A solução está na maior

racionalização do processo projectual na tentativa de se buscar soluções criativas para o melhoramento das condições de habitabilidade dessas residências. É necessário que haja maior preocupação com aqueles que irão se abrigar nessas casas. É papel de qualquer projetista planejar espaços bem resolvidos visando ao bem-estar do seu cliente. (BARBIRATTO, PAULA; SILVA 2013)

Referências

BRASIL. Lei nº 11.977. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas. 2009. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11977.htm> Acesso em: 30 mar. 2015.

BRUNETTO A.; SOUZA M.E.F.; SZUCS C. P. **Qualidade na habitação social**. Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina, 1999.

BARBOSA M.; ROZENDO A.; VILLAROUCO V. **Habitação popular: o usuário definindo a tipologia**. Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

BARBIRATTO G.M.; PAULA J.M.B.; SILVA R.B.M. **Programas de habitação social e qualidade de projeto: avaliação de arranjo construtivo e de condições térmicas internas de habitação no contexto climático de Maceió** – AL. Maceió – AL, 2013.

Unidades habitacionais na quadra 408 Norte em Palmas

Carolina Vasconcelos

Rita Siqueira Campos Lourenço

Vitor Collicchio

Mariela Cristina Ayres de Oliveira

A habitação social é uma necessidade da sociedade atual. Segundo Amaral (2009), a produção de moradias para a população de baixa renda em Palmas foi sempre inferior à demanda, pois todos os programas habitacionais efetivados, sempre realizados por meio de parceria entre os governos municipal e estadual e/ou federal, trataram de incrementar a periferia em áreas desarticuladas fisicamente da região central e geralmente com problemas de infraestrutura urbana.

Em 1996, a Conferência Habitat II, na Declaração de Istambul sobre Assentamentos Humanos, define unidade habitacional de qualidade como a complementada por todos os serviços urbanos. Com isso, essa moradia passa a representar não apenas a casa, o imóvel, a unidade construída em si, mas a própria cidade (MELO JUNIOR, 2008). Da mesma maneira, Maricato (2001) defende que a construção da moradia necessita de um pedaço de cidade, ou seja, de terra urbanizada, com todos os serviços e equipamentos para que responda às necessidades dos usuários.

Este trabalho propõe apenas uma catalogação desse empreendimento no sentido de se criar um banco de dados sobre as tipologias habitacionais de Palmas. As unidades habitacionais aqui apresentadas não divergem do padrão das demais da capital. Localizadas no Plano Diretor Norte, quadra 408 Norte (Arne 54) HM 05, são uma adaptação de outro conjunto executado em 2007. A execução da obra

na quadra iniciou em 2012 e encontra-se atualmente embargada pelo não cumprimento do prazo por parte da Construtora Tecnorte (Figura 1).

Figura 1: Planta de localização - Quadra 408 Norte (Arne 54) HM 05



Fonte: Imagem de satélite Google Earth (adaptada), 2012

A unidade construída deverá ter 120 apartamentos em dois pavimentos e um centro comunitário. Os agentes governamentais envolvidos são governo federal e Prefeitura Municipal de Palmas. A construção dessas unidades habitacionais está vinculada ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Ministério das Cidades em conjunto com a Caixa Econômica Federal (CEF).

Assim como demonstra a Figura 1, a implantação dos prédios é feita com a orientação das maiores fachadas para norte-sul e menores para leste-oeste. A planta de implantação não foi fornecida pelo arquiteto da obra, pois esse projeto de condomínio de interesse social não foi produzido para esse terreno e sim para terrenos que abrigaram outro programa habitacional governamental (Resolução 460).

Segundo o arquiteto Luiz Gomes de Melo Júnior, autor do projeto, a implantação foi alterada sem o seu conhecimento prévio

para que coubesse dentro desse terreno. O arquiteto também informou não saber que essa obra estava sendo edificada.

Quando perguntada sobre a origem do projeto, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh) do município negou qualquer apropriação indevida do projeto e informou que a obra estava devidamente regulamentada. Cada apartamento possui $39,70\text{m}^2$ de área total e $34,66\text{m}^2$ de área útil, com pé direito de $2,60\text{m}^2$ (Figura 2). A estrutura utilizada na construção é alvenaria estrutural de blocos de concreto ($11 \times 19 \times 34$) com laje pré-moldada em lajota (10cm), no entanto não haverá laje de cobertura, apenas forro PVC e telhas cerâmicas do tipo plan com inclinação de 35%.

Figura 2: Planta baixa ilustrativa da unidade habitacional



Fonte: Arq. Luiz Gomes de Melo Júnior

A falta de identidade dos apartamentos e os espaços mínimos

são problemas marcantes nesse projeto, embora ele esteja de acordo com as leis que vigoravam na época de sua execução. A simplicidade do partido arquitetônico não relacionado com o entorno é uma realidade para a identidade local e também prática comum na execução de projetos de interesse social. Infelizmente, desconsidera-se a inserção no desenho urbano e um mesmo projeto pode atender a vários casos em diferentes regiões; aliás, essa é a maior crítica aos projetos de interesse social.

Referências

AMARAL, Francisco Otaviano Merli do. **Especulação Imobiliária e Segregação Social em Palmas do Tocantins: uma análise à partir dos programas habitacionais do período de 2000 a 2008.** Dissertação de mestrado pela FAU UNB. Brasília, 2009.

MELO JUNIOR, Luiz Gomes de “**Co Yvy Ore Retama: De Quem É Esta Terra? Uma Avaliação Da Segregação A Partir Dos Programas De Habitação E Ordenamento Territorial De Palmas Brasília**” Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre na área de Planejamento Urbano no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (Minter UnB-UFT), 2008

MARICATO, E. Brasil, **Cidades: alternativas para a crise urbana.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

Notas de campo sobre assentamentos precários em Palmas/TO

Rosanny Dias Araújo

Atualmente as cidades se caracterizam principalmente por seu crescimento desordenado, que foge dos parâmetros e do controle do Estado. Palmas é a mais nova capital criada e já enfrenta problemas quanto à falta de moradia e infraestrutura básica em alguns pontos da cidade, causados por esse tipo de ordenamento. Os assentamentos Taquari (T33 e T34), Santo Amaro II e Córrego Machado Oeste são as áreas mais críticas observadas dentro do escopo da pesquisa intitulada “Palmas em foco por uma cidade sustentável”, desenvolvida durante 2014 no âmbito da Universidade Federal do Tocantins.

Os aglomerados subnormais ou favelas são consequências do déficit habitacional e da baixa renda, habitados principalmente pela população que migra do campo para a cidade e recebe salários baixíssimos (DENALDI, 2008). Um conjunto com no mínimo 51 unidades habitacionais, que ocupa propriedade alheia (pública ou privada), possui crescimento desordenado e denso e onde não há serviços públicos essenciais se caracteriza como aglomerado subnormal e em Palmas há diversos desses conjuntos.

Nas áreas observadas na nova capital, há situações de aglomeração nas mais diversas situações, em morros, encostas e mesmo em locais planos. Boa parte das famílias entrevistadas apresenta condições subnormais de moradia e salubridade. A mobilidade nesses locais é fator preocupante. Quando a locomoção não é feita a pé, de bicicleta ou moto, descrevem-se caminhadas longas e cansativas até a parada de ônibus mais próxima a fim de levar as

crianças à escola, que pode distar até sete quilômetros das moradias.

A total ausência de tratamento de esgoto, e em parte das moradias levantadas também ausência de fossa séptica, é perceptível pelo mau cheiro dos fios d'água (esgoto) que correm livremente entre casas e moradores, crianças e idosos. Há uma questão de saúde pública colocada de forma latente em muitos desses loteamentos.

O adensamento excessivo foi outra característica confirmada pela pesquisa de campo realizada, são duas ou até três famílias convivendo em habitações subnormais de no máximo dois ou três cômodos, sempre com mais de três filhos cada, além de idosos e deficientes físicos. Muitas dessas crianças foram encontradas sozinhas em casa, enquanto seus pais ou responsáveis estavam trabalhando em local bastante distante.

As possibilidades de regularização fundiária, com entendimento do direito à moradia, como direito à posse e à cidade, ainda se encontram em processo lento no município.

Lamentavelmente, as cidades se tornam um caos, desordenadas e desestruturadas, ainda que Palmas venda imagem oposta. Sejam elas grandes ou pequenas, velhas ou novas o problema não é resolvido. A dúvida que prevalece é o motivo de as forças políticas não se manifestarem para sanar esses problemas, que elas mesmas causaram, principalmente antes de se consolidarem esses assentamentos. É preciso entender que moradia à população de baixa renda em área urbana consolidada é um dos passos para garantir cidades mais justas e sustentáveis.

Referência

DENALDI, Rosana. 2008. **Plano de ação integrada em assentamentos precários**. Apostila do Curso a Distância: Urbanização de Assentamentos Precários. Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação, Poli-USP, Aliança de Cidades.

Condomínio Morada do Sol – habitação digna para quem?

Julienne Fideles
Letícia Bonatto
Matheus Siqueira
Paolla Costa

Nos últimos 30 anos, a habitação de interesse social vem sendo alvo de muitas críticas em todo o Brasil. O incentivo aos programas governamentais destinados à habitação social vem crescendo repentinamente, atingindo números exponenciais de famílias e permitindo que boa parte da população carente saia do aluguel. Porém, apesar de existir controle de qualidade, não há um projeto que estabeleça maiores níveis de qualidade projectual e técnica, assim, o bem-estar das famílias atendidas pode ser questionado. (VILLAÇA, 2006)

Para efeito de pesquisa e avaliação das condições de moradia das habitações, foram realizados levantamento e estudo no condomínio de habitação social Morada do Sol, localizado na região sul de Palmas.

Um dos primeiros empreendimentos de habitação vertical implantados em Palmas foi idealizado pelo programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), em 2002, a partir de recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e foi entregue três anos depois, em 2005. O programa visava a atender famílias com rendimento mensal entre três e seis salários mínimos. Segundo assessoria de imprensa da Caixa Econômica Federal, na ocasião, mais de 4000 famílias foram inscritas para participar do sorteio para obtenção do apartamento e cerca de 300 famílias eram esperadas para o evento de definição desse

sorteio, mas apenas 128 seriam contempladas.

O perfil de moradores se formou basicamente por famílias de servidores públicos recém-chegados ao estado na época da construção do condomínio, que atualmente abriga cerca de 120 famílias.

Cada apartamento tem um total de 39,11m². A planta é dividida em dois dormitórios, sala de estar, área de serviço, cozinha e um banheiro, além de possuir infraestrutura básica, como água, luz e esgotamento sanitário.

Com o decorrer dos anos, os problemas começaram a aparecer. De acordo com notícia publicada² em 2012, com apenas sete anos de existência o prédio já apresentava graves falhas. Através de laudo técnico foram apontados problemas como placas de reboco soltas, infiltrações nas paredes, além de trincas e fissuras que estariam comprometendo a estrutura. Em entrevista feita a um morador, ficou claro o desconforto, tanto pela falta de segurança como pelo espaço mínimo.

Além das medidas mínimas usadas para a formulação dos cômodos, o que torna difícil a circulação dentro do apartamento, a falta de preocupação com o paisagismo, conforto termo-acústico ou contexto da edificação deixam claro que não existiu nenhum tipo de preocupação com o bem-estar dos moradores. Sobre as habitações mínimas definidas para as baixas rendas, Folz e Martucci (2013) afirmam que são ignorados fatores culturais ou costumes e os moradores precisam se adaptar às áreas que são disponíveis; o mesmo acontece com o exemplar avaliado.

Desde o início da construção desse condomínio a preocupação foi o custo mínimo, independentemente da qualidade do serviço, em detrimento da qualidade de vida das famílias de classes baixas.

2 PALMAS, Morador aponta risco de desabamento em prédio construído pela caixa: cfe afirma que solicitou fundos para reparos. Reportagem [Online], 2012. Disponível em: <http://surgiu.com.br/n/24783>. [Acessado em: 04 dez. 2014]

Referências

FOLZ, Ricardo. 2013. **Artigo [online]**. São Paulo, 2013. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/topos/article/viewFile/2187/1993>. [acessado em: 04 dez.2014]

MARTUCCI, Rosana Rita. **Habitação mínima: discussão do padrão de área mínima aplicada em unidades habitacionais de interesse social**. 2013

VILLAÇA, Flávio. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. 2006 Disponível em: www.flaviovillaca.arq.br/pdf/cidadao_habita.pdf. Acessado em 10/06/ 2014.

Habitação de interesse social no Brasil: onde estão os bons projetos?

Christine Heerdt Thomaz

Débora Vieira Barbosa

Kananda Fernandes de Sousa Lima

Atualmente os centros urbanos são marcados por produção arquitetônica de edifícios habitacionais semelhantes e pouco relacionados ao contexto em que estão inseridos. Observa-se que “a vontade de relacionar a arquitetura habitacional com temas de ordem socioeconômica, política e cultural, acaba deixando a arquitetura propriamente dita em último plano” (BASTOS; ZEIN, 2011, p.163), não significando que arquiteturas inexpressivas sejam apenas problema de políticas indevidas, “há também falta de preocupação do Poder Público em exigir qualidade de seus projetistas” (MANTEZUMA, 2008, p.109).

Em alguns casos, a moradia social vem se diferenciando em meio a essas produções, vencendo o desafio de atender à demanda de maneira inventiva e participativa, além de econômica e tecnológica. Os projetos apresentados, citados como bons exemplos nos artigos de Lizete Maria Ruban, *Habitação social: temas da produção contemporânea* (Portal Vitruvius, abril de 2008) e *A Difícil Arquitetura do Morar* (Revista Prima, dezembro de 2006), mostram que é possível imaginar habitações sociais que conseguem expor alternativas superiores em qualidade.

O projeto Vila Pedro Facchini tem como característica fundamental a inserção de habitação de interesse social em área urbana consolidada e bem localizada na cidade de São Paulo e que man-

tém a população residente do local que, antes do novo edifício, vivia sem a mínima condição de habitabilidade. Essa iniciativa consegue descartar a falsa ideia de inviabilidade econômica e projetual desse tipo de atuação em lote pequeno e com necessidade de projeto sob medida, trazendo novas possibilidades de ocupação de lote urbano. Foi promovida pela Secretaria Municipal de Habitação com recursos provenientes do Fundo Municipal de Habitação pela linha de financiamento Programa de Cortiços - Morar no Centro / PMSP. O projeto foi dos arquitetos Marcelo Barbosa e Jupira Corbucci.

Intervenções como o programa Favela-Bairro atuaram para a melhoria da infraestrutura de mais de 100 favelas no Rio de Janeiro, proporcionando desde modificações do desenho urbano em grande escala até micro parcelamento e implantação de mobiliários para espaços públicos. A grande contribuição para a eficácia do Favela-Bairro foi a atuação direta de centenas de arquitetos e a colaboração do Instituto de Arquitetos do Brasil, que promoveu concursos na seleção desses profissionais.

Um dos exemplos de intervenção do Favela-Bairro bastante divulgado internacionalmente foi o modelo do Parque Royal na Ilha do Governador. O redesenho da morfologia contribuiu para a reversão do processo de adensamento excessivo na zona habitada. Outro exemplo é o conjunto habitacional Rio das Pedras, parte de uma experiência inovadora da prefeitura de São Paulo, implantado no final do século passado. Foram inseridas habitações populares nas regiões centrais da cidade, dotadas de infraestrutura urbana, em terrenos não utilizados, proporcionando redução de custos, melhor aproveitamento dos serviços e equipamentos urbanos, diminuição da distância entre moradia e local de trabalho e ocupação de vazios urbanos. Isso contraria a produção comum ao adotar uma política até então utópica e inserir a habitação de interesse social na malha urbana. Foi projetado por Hector Viglicca e Associados e construído entre 1991 e 2003 com o sistema de mutirão e autogestão.

Esses projetos e intervenções mostram que “na arquitetura existe ainda um grande campo de possibilidades de escolha da configuração final de um edifício” (COLIN, s.d., p. 6). Intervenções urbanas nesses tipos de assentamento, antes precários, abrangem um conjunto de ações necessárias à melhoria urbanística que deve levar em conta a área de intervenção e prover elevação suficiente para fazer frente a todas as carências diagnosticadas (BRASIL, 2013).

Referências

BASTOS, M. A. J.; ZEIN, R. V. **Brasil: Arquiteturas após 1950**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2011.

BRASIL. **Urbanização de Favelas: a experiência do PAC**. Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação, Brasília, 2013.

COLIN, S. **A poética da Arquitetura de Interesse Social**. Disponível em: <<http://coisasdaarquitectura.wordpress.com/2013/06/02/a-potica-da-arquitetura-de-interesse-social/>>. Acesso em: 20 set 2014.

MONTEZUMA, R. (org.). **Arquitetura Brasil 500 anos: o espaço integrador**. Universidade Federal de Pernambuco, 2008.

REVISTA PRISMA. **Habitação, Arquitetura e Cidade. Dezembro** 2006. Disponível em: <<http://www.youblisher.com/p/347035-Prisma-21/>>. Acesso em: 20 set 2014.

RUVANO, L. M. **Habitação social: temas da produção contemporânea**. Portal Vitruvius. Disponível em: <<http://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.095/153>>. Acesso em 20 set 2014.

Qualidade térmica das edificações: um estudo de caso no Aurenny III

Fernanda Bandeira

Rodrigo Bazolli

Mariela Cristina Ayres de Oliveira

Segundo Colombo (2002), o primeiro bairro para habitação social em Palmas foi o Jardim Aurenny I, resultado de duas fazendas vendidas para a administração pública que foram micro parceladas pelo governo do estado e distribuídas em 1500 lotes. A tentativa de estruturação do bairro não prosperou como previa o governo e mais tarde foram registradas invasões e construção de submoradias. Aconteceu o mesmo com os bairros Jardim Aurenny III e IV.

A unidade habitacional estudada neste trabalho, residencial Vila do Sol, Aurenny III, faz parte do Programa de Arrendamento Residencial (PAR), criado para atender famílias com renda de até seis salários mínimos, anterior ao programa Minha Casa Minha Vida. A atividade de pesquisa de campo contou com medições no residencial Vila do Sol (Figura 1), localizado na quadra HM I, rua J (esquina com a Alameda 18). As medições objetivaram a análise da edificação tendo em vista a normativa 15575.

Figura 1: Residencial Vila do Sol, Aurenópolis III



Fonte: Autores

A NBR 15575 – Edifícios habitacionais de até cinco pavimentos – de 2006, define condições de conforto no verão no item 11.2. Esse item descreve que a edificação deve apresentar condições térmicas no interior melhores ou iguais às do ambiente externo, à sombra, para o dia típico de verão. O valor máximo diário da temperatura do ar interior de recintos de permanência prolongada deve ser sempre menor que os apresentados no Quadro 1.

Quadro 1: Critério de avaliação de desempenho térmico para condições de verão

Nível de desempenho limites de temperatura do ar no verão	
M	Valor máximo diário da temperatura do ar interior \leq valor máximo diário da temperatura do ar exterior (zonas 1 a 8);
I	Valor máximo diário da temperatura do ar interior $\leq 29^{\circ}\text{C}$ (zonas 1 a 7); Valor máximo diário da temperatura do ar interior $\leq 28^{\circ}\text{C}$ (zona 8);
S	Valor máximo diário da temperatura do ar interior $\leq 27^{\circ}\text{C}$ (zonas 1 a 7); Valor máximo diário da temperatura do ar interior $\leq 26^{\circ}\text{C}$ (zona 8);

Fonte: NBR 15220 (2013)

O Quadro 2 mostra os valores de temperatura encontrados para o dia 19 de setembro de 2010 no residencial Vila do Sol. Para tanto, foram coletadas temperatura de bulbo seco (TBS), temperatura de bulbo úmido (TBU) e temperatura de globo.

Quadro 2: Valores de temperatura encontrados para o dia 19 de setembro de 2010

	07 h minh	09 h minh	12 h minh	15 h minh	18 h minh
VALORES MEDIDOS:	INTER- NO	INTER- NO	INTER- NO	INTER- NO	INTER- NO
Temperatura TBS ($^{\circ}\text{C}$)	30,3	32,9	34	35,6	34,8
Temperatura TBU ($^{\circ}\text{C}$)	23,8	20,3	25	22,7	24,7
Temperatura de globo TBG ($^{\circ}\text{C}$)	29,8	31,7	33,9	35,4	34,7

Quadro 2 - Valores de temperatura encontrados para o dia 19 de setembro de 2010

	07h minh	09h minh	12h minh	15h minh	18h minh
VALORES MEDIDOS:	EXTER- NO	EXTER- NO	EXTER- NO	EXTER- NO	EXTER- NO
Temperatura TBS (°C)	30,4	32,4	36	37,7	34,8
Temperatura TBU (°C)	19,8	22,9	21,5	22,3	23,3
Temperatura de Globo TBG (°C)	30,8	31,7	34,2	35,5	34,7

O trabalho conclui que em vários momentos a temperatura interna é maior ou igual à temperatura externa, chamando a atenção para a diferença entre TBS e TBG. Nesse sentido, o trabalho aponta para uma possível discordância entre os materiais construtivos utilizados no projeto e as temperaturas ambientais encontradas. A própria NBR 15575 define tais valores e poderá ser aplicada em trabalhos futuros.

Percebe-se, também, que a discussão entre a quantidade e qualidade das habitações de interesse social é cada vez mais oportuna, tendo em vista exemplos como o aqui relatado.

Referências

COLOMBO, Caroline. **Proposta para a problemática dos assentamentos irregulares: Santa Bárbara; Taquaralto quinta etapa (Palmas – TO), um estudo de caso.** Trabalho Final de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Tocantins.

ABNT. NBR 15575 – 1 Edifícios habitacionais de até cinco pavimentos – Desempenho Parte 1: Requisitos Gerais.

Palmas/TO: um relato sobre as primeiras habitações sociais

Gabriella Santos Rezende

Gecely França Mota

Mariela Cristina Ayres de Oliveira

A criação do estado do Tocantins remonta a problemas de segregação e infraestrutura urbana, especulação territorial e habitacional, entre outros de ordem econômica, política e social. As primeiras unidades habitacionais construídas são decorrentes de programas habitacionais anteriores ao Minha Casa Minha Vida e à NBR 15575. Busca-se aqui uma leitura dessas primeiras tipologias produzidas em Palmas, bem como a verificação de elementos de desenvolvimento de projeto.

Segundo Melo Junior (2008), posteriormente à fundação de Palmas, a doação de lotes foi um fator que influenciou a implementação da capital, dessa maneira, setores como os Aurenys, Taquaralto e Jardim Aurenys II eram povoados buscando-se a expansão da cidade e a consolidação dos núcleos periféricos. Como as invasões aumentaram nos anos seguintes, principalmente nas quadras noroeste de Palmas (Arnos), construíram-se unidades habitacionais em “tijolito” (alvenaria estrutural em tijolos cerâmicos compactos) no intuito de regularizar as famílias assentadas de forma irregular.

A partir de 1995, em âmbito nacional, destacam-se os programas Pró-Moradia e Morar Melhor. O Caderno de Revisão do Plano Diretor de Palmas (INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE PALMAS, 2006) aponta que, entre 1996 e 2001, com a expansão demográfica da região central do Tocantins, a ocupação de Palmas continuou acontecendo de forma desordenada.

A escolha das unidades habitacionais baseou-se em particularidades que pudessem melhor exemplificar os programas, as técnicas

e as políticas adotadas pelos gestores públicos em Palmas nos primeiros anos de sua fundação. Foram escolhidas três tipologias construídas a partir de 1993: tipologia 1, localizada na região norte da cidade (Arno 33, quadra residencial dentro do plano urbanístico, que foi invadida e posteriormente regularizada), e as demais na região sul, em bairros ocupados de forma desordenada; a tipologia 2, no setor Santa Bárbara, Taquaralto 5° etapa; e a tipologia 3, no setor Jardim Taquari. Na análise dos projetos habitacionais, consideram-se as seguintes questões: aspectos funcionais com relação ao programa inicial proposto e as possibilidades de ampliações, áreas mínimas, sistema construtivo utilizado e implantação. A Tabela 1 mostra os resultados encontrados nas tipologias mencionadas.

Tabela 1: Problemas identificados

Item	Tipologia 1	Tipologia 2	Tipologia 3
Local	Arno 32	Setor Santa Bárbara	Taquari
Aspectos funcionais	Permite ampliação	Não possui em seu projeto inicial a possibilidade de ampliação	Não prevê área de serviço
Áreas mínimas	As áreas mínimas do projeto não estão de acordo com a Lei Complementar n° 18 (17/03/2000)	Aberturas em desacordo	De acordo com a Lei Complementar n° 18
Sistema construtivo	Não permite a flexibilidade - bloco estrutural	Não permite a flexibilidade - bloco estrutural	Alvenaria de tijolos furados
Implantação	Distante da área administrativa	Distante da área administrativa	Distante da área administrativa
Foto			

Fonte: Autores

A elaboração de diretrizes para a concepção de projetos em habitação de interesse social tem como meta estabelecer parâmetros de qualidade na produção habitacional. É importante considerar que os estudos de casos foram feitos apenas como análise projetual e espacial, não chegando a análises profundas do seu desempenho. A concepção, implantação, dimensionamento de áreas, escolha dos materiais e sistema construtivo deve atender não apenas à redução dos custos finais, mas também à introdução de novas maneiras de projetar.

Referências

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE PALMAS, **Caderno de revisão do Plano Diretor de Palmas: Plano Diretor de Ordenamento Territorial**. Palmas, TO: IPUP, 2006.

MELO JUNIOR, Luiz Gomes de. **COYVY ORE RETAMA: de quem é esta terra? Uma avaliação da segregação a partir dos programas de habitação e ordenamento territorial de Palmas**. Brasília, 2008. Brasília, DF: UNB, 2008. (Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo).

Avaliação das 120 unidades habitacionais populares da quadra 408 Norte em Palmas/TO

Rita Siqueira Lourenço
Mariela Cristina Ayres de Oliveira

Atualmente, estima-se que mais 5,24 milhões de habitações (8,53% do total) precisam ser construídas para sanar o déficit habitacional do Brasil. Esse dado foi levantado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e também informou que a maior parte (85% do total) desse déficit está localizada nos perímetros urbanos (IPEA, 2012). No Tocantins, calcula-se que mais de 49 mil residências terão de ser construídas para sanar o déficit do estado (IPEA, 2012).

Considerando-se que o Estatuto da Cidade assegura ao ser humano o direito à moradia e que a Constituição Brasileira de 1988 estabelece como dever do Estado, nas esferas federal, estadual e municipal, “promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico” (art. 23, IX) (BRASIL. CONSTITUIÇÃO, 1988), busca-se caracterizar a construção das 120 unidades habitacionais de interesse popular, localizadas na quadra 408 Norte, em Palmas (Figura 01).

Figura 1: Foto da obra.



Fonte: Rita Lourenço (Tirada em janeiro de 2014)

A importância dessa análise técnica se dá devido à recorrente crítica às construções de habitações sociais modulares do século XX em diante, construídas sem muitos critérios a respeito de salubridade e qualidade de conforto térmico. Ainda mais quando localizadas em uma das cidades mais quentes do país, como Palmas, que registrou em setembro de 2013, segundo o Instituto Nacional de Meteorologia (INMET, 2014), a marca de 41,9°C. O estudo da planta deste trabalho oferecerá uma previsão da qualidade do conforto térmico dos apartamentos com base na NBR 15220-3, que trata do zoneamento bioclimático brasileiro e diretrizes construtivas para habitações unifamiliares de interesse social.

A NBR 15220-3 apresenta recomendações quanto ao desempenho térmico de habitações unifamiliares de interesse social aplicáveis na fase de projeto e estabelece o zoneamento bioclimático brasileiro. Esse zoneamento consiste na divisão do país em oito regiões geográficas homogêneas quanto aos elementos climáticos que interferem nas relações entre ambiente construído e conforto humano. De acordo com a NRB 15220-3, Palmas localiza-se na zona bioclimática 7 e possui estratégias de condicionamento térmico definidas na Tabela 1.

Tabela 1: Detalhamento das estratégias de condicionamento térmico

Estratégia	Detalhamento
F	Renovação do ar interno por ar externo através da ventilação dos ambientes
H e I	Massa térmica: paredes e coberturas
I e J	Ventilação cruzada
K	Resfriamento artificial

Fonte: NRB 15220-3 página 9.

No projeto de habitação de interesse social estudado, podem-se analisar as seguintes observações para cada estratégia contida na Tabela 2.

Tabela 2: Comparativo das estratégias fornecidas pela NRB 15220-3 e das estratégias existentes no projeto

Estratégia	Aplicação no projeto estudado	Situação
F	Observa-se na planta baixa que todos os cômodos da edificação possuem aberturas para renovação do ar interno.	APLICADA
H e I	A obra está sendo executada com blocos de concreto que proporcionam média capacidade térmica.	INTERMEDIÁRIA
I e J	As unidades habitacionais estudadas são carentes em artifícios de ventilação cruzada, pois não há mais de uma janela em cada ambiente e a maior parte das portas abrem para ambientes internos e com largura máxima de 80cm.	INTERMEDIÁRIA
K	Infelizmente, não está previsto nenhum tipo de caixa para ar condicionado e nenhum tipo de instalação para Split no projeto dessa habitação social.	INEXISTENTE

Fonte: Rita Lourenço (baseada na norma NRB 15220-3, página 9)

Muitos moradores dos conjuntos habitacionais populares das regiões mais quentes do país (Tocantins, Maranhão, Pará etc.) têm se queixado de não conseguirem suportar o clima interno de suas casas. A razão desse tipo de reclamação pode ser atribuída aos fatores elencados na Tabela 2: a falta de aplicação de métodos que favoreçam a circulação de ar e proteção solar previstos em projeto, a baixa qualidade dos materiais de construção empregados nas obras, e, logo, o não atendimento às especificações das normas brasileiras que visam ao conforto térmico (ABNT NBR 15220 e NBR 15575).

Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. Organização do texto: Juarez de Oliveira. São Paulo: Saraiva, 1990.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). **Estimativas do Déficit Habitacional brasileiro (PNAD 2007-2012)**. Nota técnica Nº5. Brasília, 2013.

INMET, **Instituto Nacional de Meteorologia**, <http://www.inmet.gov.br/portal/>, acessado em 01/2014

Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). **NBR 15220-2: Desempenho Térmico de Edificações - parte 2: Métodos de cálculo da transmitância térmica, da capacidade térmica, do atraso térmico e do fator solar de elementos e componentes de edificações**. Rio de Janeiro, 2005.

_____. **NBR 15575-4: Edificações habitacionais — Desempenho Parte 4: Sistemas de vedações verticais internas e externas**. Rio de Janeiro, 2013

_____. **NBR 15575-5: Edificações habitacionais — Desempenho Parte 5: Requisitos para sistemas de coberturas**. Rio de Janeiro, 2013

Habitação, cidade e cidadania: a história da quadra 1306 Sul

Victor Costa

Renato Reis

Mariela Cristina Ayres de Oliveira

Germana Pires Coriolano

Estima-se que em Palmas o número de assentamentos precários ou subnormais cresce dia após dia (CORIOLANO, 2010). É voz corrente que a população de baixa renda habita áreas distantes, fora do plano diretor, em bairros como Jardins Aurenly I, II, e III e Taquaralto (área sul), segregada pela especulação imobiliária e privada do acesso às políticas públicas e infraestruturas básicas.

O objetivo deste trabalho é demonstrar a experiência da concepção da quadra 1306 Sul, com foco no acesso à terra urbanizada e bem localizada, objetivando a ocupação socialmente justa do território.

As experiências autogestionárias nascem a partir da organização dos próprios moradores, quando identificam suas necessidades e criam soluções para os problemas, tendo como princípios básicos a busca por moradia de qualidade para todos, a gestão democrática e o fortalecimento da cidadania (BONDUKI, 1992). Desde 2005, em resposta às reivindicações dos movimentos sociais, o governo federal vem desenvolvendo programas de autogestão de empreendimentos habitacionais. Em Palmas, o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN) surgiu em 1995, reivindicando acesso à área urbana bem localizada da capital onde, historicamente, a classe trabalhadora ocupava apenas áreas distantes, fora do plano diretor.

A quadra 1306 Sul (Figura 1) é resultado da organização do MNLN, que juntamente com a sociedade busca a correção de um déficit habitacional que ocorre em todo o Brasil. No Tocantins, os

movimentos de luta pela moradia nascem da emergência da questão urbana que acompanha a mudança de perfil das cidades que crescem rapidamente em função da migração e da saída da população da zona rural para a zona urbana; isso gera demanda que vai além da habitação, passando também por questões fundiárias (SILVA, 2009).

A partir dessas demandas o MNLM realizou a ocupação da quadra 1306 Sul (antiga Arse 132). Essa região de Palmas se constituía em um terreno público estadual e dois meses após a ocupação, baseado em liminar judicial, o governo estadual ordenou a desocupação da área utilizando a força policial (MIRANDA, 2005).

Figura 1: Empreendimentos na quadra 1306 Sul



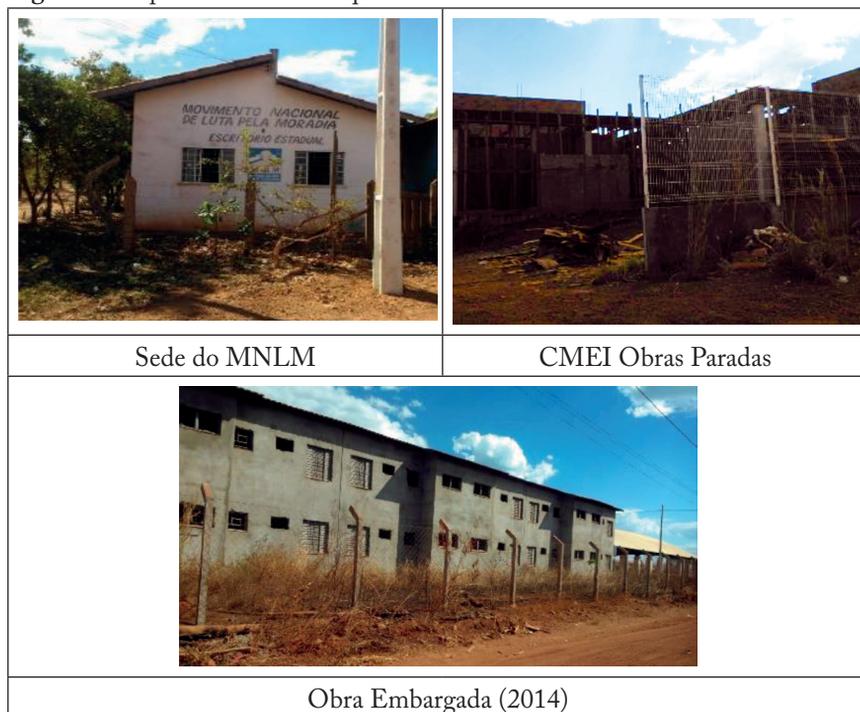
Fonte: Autores, 2014

Após o despejo, foram feitas reuniões com o governo para exigir o compromisso de que a área da quadra 1306 Sul seria doada ao movimento. Após grandes manifestações, a área foi doada em 2003.

Nesse período, o movimento tinha cadastrado mais de oito mil famílias das quais somente 1180 foram contempladas mediante sorteio realizado pelo próprio movimento. Porém a doação da área só foi aprovada em 2006.

Através de parcerias entre os governos federal, estadual e municipal, população e MNLM, teve início o projeto Construindo Juntos, que visava à construção de 1180 moradias, variando entre unidades multifamiliares e unifamiliares. Como afirma Silva (2009), o MNLM obteve acesso ao financiamento público da construção das casas, passando a gerir recursos públicos dos programas habitacionais do Crédito Solidário, Programa de Subsídio Habitacional (PSH), Cobansa, Resolução 460 e recursos do PAC. O projeto Construindo Juntos foi baseado na autoconstrução por parte dos moradores e a infraestrutura básica da quadra, incluindo o projeto de micro parcelamento, foi realizada pela prefeitura municipal.

Figura 1: Empreendimentos na quadra 1306 Sul



Fonte: Autores, 2014

Pode-se dizer que em 2014 a quadra possui infraestrutura básica, entretanto, apesar das reivindicações, não apresenta pavimentação de nenhuma de suas vias e grande parte das casas oferecidas pelos programas sociais de habitação sofreram alterações em sua arquitetura, como muros e ampliações. Algumas viraram pontos comerciais, discrepando do caráter residencial unifamiliar do uso do solo urbano do terreno. A construção do CMEI Centro Municipal de Educação Infantil (CEMEI) na APM-39 está parada, assim como existem conjuntos habitacionais de diferentes programas com obras paradas esperando resolução do poder público (Figura 2).

Referências

BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da Habitação Social no Brasil. Análise Social**, Vol. XXIX (3.º), 1994 (n.º 127), pp.711-732. CO-RIOLANO, G. P. Palmas: entre o planejamento e a exclusão. Artigo, Vitruvius, 2010

MIRANDA, B. R. de S. **A Luta Pela Moradia nas Cidades Brasileiras: História da Ocupação da Quadra 1.306 Sul, em Palmas – TO**. Palmas, 2005 (monografia de graduação)

SILVA, M. J.A. da S. **Sujeitos em Cena: Processo de organização dos movimentos sociais em - Palmas/TO 1989/2008**. Palmas, 2009 (Dissertação de mestrado).

A precaridade em áreas irregulares X a dignidade humana em Palmas/TO

Bruna Coelho Alves Meneses
Gabriella Resende Santos

O presente trabalho tem como objetivo indagar sobre a precariedade de habitações em áreas irregulares de Palmas considerando a moradia digna como direito humano fundamental garantido pela constituição. O direito à habitação diz respeito à relação do indivíduo com a sociedade, a rua, o bairro, a cidade e o mundo; não se trata tão somente de uma casa para morar. Assim, também faz-se uma análise sobre o efeito da moradia adequada para a qualidade de vida de uma população.

O direito à moradia adequada está presente na Declaração dos Direitos Humanos Universais desde 1948 e é assegurado pelo artigo 6º da Constituição Federal de 1988: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. No entanto, o problema habitacional, consequência da falta de planejamento de políticas urbanas sociais eficazes e de investimentos públicos, provoca desigualdades nas cidades brasileiras. Existem pessoas vivendo em condições subumanas em nosso país, em áreas de risco, irregulares, onde falta energia, água, transporte público, enfim, falta qualquer tipo de infraestrutura. Como afirmou Jacques Alfonsín³, advogado

³ Disponível em: <http://www.oabma.org.br/tes/noticia/o-direito-a-moradia-digna-nao-pode-continuar-sendo-violado-diz-jacques-alfonsin>. Acesso em: 05/11/2014

de causas populares: “sem moradia, o cidadão não tem atendida a sua dignidade enquanto ser humano” (BAZOLLI, 2007).

Palmas é um caso peculiar, é uma cidade planejada que, em contrapartida, apresenta grandes problemas habitacionais. Isso por causa da especulação imobiliária que supervaloriza as áreas centrais da cidade e força as pessoas de baixa renda a viver de forma desordenada em lugares mais distantes do centro. Atualmente, em alguns desses espaços, a paisagem apresenta contraste de habitações, há residências bem estruturadas e outras em situação precária; lugares desconhecidos por parte considerável da população (BAZOLLI, 2014 a).

Diante dessa constatação, o projeto PROEXT-2014, Palmas em foco: por uma cidade sustentável, teve como objetivo capacitar técnicos, gestores, conselho municipal de habitação e agentes sociais em desenvolvimento urbano, preparar órgãos para implantação de um programa de regularização fundiária e desenvolver um sistema de prevenção e mediação de conflitos fundiários urbanos (BAZOLLI, 2014 b).

Para tanto, realizaram-se pesquisas de campo em regiões irregulares da cidade, como Lago Norte, Santo Amaro, Taquari e outros. Nesses lugares o que se via eram habitações em áreas de risco, falta de saneamento básico (pessoas fazem necessidades fisiológicas em sacolas plásticas), de pavimentação, de locais de lazer, de postos policiais e de saúde, de coleta de lixo, de iluminação pública, enfim, de infraestrutura adequada. São lugares distantes do centro da cidade onde as pessoas convivem com riscos sociais e ambientais (BAZOLLI, 2007).

Ninguém há de concordar que essa maneira de viver é adequada e digna. Então, compreende-se que é necessário agir em prol do direito à moradia digna e da qualidade de vida, com segurança, disponibilidade de serviços, habitabilidade, principalmente para as classes menos favorecidas. Agir com mais sensibilidade com relação

à temática habitacional, adotar intervenções efetivas diante das políticas urbanas habitacionais, não negligenciar o direito fundamental de todos à moradia e, conseqüentemente, dignidade pessoal e social.

Referências

Bazolli, João Aparecido. **Os Efeitos dos vazios urbanos no custo de urbanização da Cidade de Palmas –TO.** / João Aparecido Bazolli. – Palmas, 2007

_____ **Moradia digna: um direito de todos, um dever do estado, uma realidade de poucos**, disponível em: http://www.urca.br/ered2008/CDA-nais/pdf/SD3_files/Jefferson_MARINHO.pdf acesso em: 04/11/2014
<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10641309/artigo-6-da-constituicao-federal-de-1988> , acesso em: 04/11/2014 a

_____ http://www.dhnet.org.br/dados/cartilhas/dht/br/rs/terra_trab/dh_moradia.html acesso em: 05/11/2014 b

Projetos urbanísticos e memória social: um olhar sobre a implantação do teleférico no Morro da Providência

Rosane Soares dos Santos

O presente estudo almeja investigar dados que possibilitem compreender se os projetos urbanísticos (Morar Carioca e Porto Maravilha) implantados no Morro da Providência, uma favela dotada de memória para a cidade do Rio de Janeiro, constituem-se, de fato, em provisão de melhorias no território, beneficiando sua população autóctone, ou trata-se exclusivamente de um processo de gentrificação do espaço, promovendo, dentre outros problemas, uma remoção em massa dos moradores, de forma velada.

Para tanto, o recorte do objeto é a implantação do teleférico e os efeitos sociais decorrentes dela, citando como exemplos as próprias remoções, a segregação socioespacial – visto que os moradores removidos se realocam em áreas distantes da zona central, casos de expropriação, dentre outros causados na Providência, oriundos das obras do teleférico, cujo mote é a melhoria na mobilidade urbana. Também busca investigar os reais interesses por parte do poder público no Morro da Providência, sobretudo em relação às intervenções urbanas que visam a dotar a favela de aparatos e equipamentos que mais sugerem uma atração turística do que infraestrutura de transporte que proporcione mobilidade urbana.

Corroborando essa forma de transformação, retoma-se a discussão feita por Lefebvre (1972) acerca do que ele caracteriza como o “mercado do espaço” – um fenômeno relativamente recente que

parece indicar a crescente importância do espaço nas estratégias contemporâneas do capital. O autor afirma, ainda, que a produção do espaço em si não é nova, visto que os grupos dominantes produziram sempre espaços particulares. O que difere agora é a produção global e total do espaço social, que permite que ele seja transformado em mercadoria – tal como a favela, a Providência *turística*.

No processo de transformação do espaço da favela em mercadoria – a ser vendida aos turistas que a comprariam sob a égide de patrimônio e atrativo turístico da cidade –, houve uma imposição do espaço abstrato sobre o espaço concreto da vida cotidiana. Dessa forma, como destacaria Lefebvre, houve uma “vitória do valor de troca sobre o valor de uso” na produção do espaço transformado em mercadoria. Não obstante, não se trata aqui de “uma mercadoria articulada ao universo das necessidades imediatas, mas sim uma mercadoria que é ao mesmo tempo estratégica e política, porquanto o espaço é lócus e meio do Poder” (LEFEBVRE, 1998, p. 144). Emerge neste ponto a crítica à implantação do teleférico no Morro da Providência, percebendo nessa intervenção não o valor de uso, mas o valor da troca, segregando o morador, gentrificando o espaço e nele inserindo o que e quem interessa.

Vários são os estudos que versam sobre as favelas, sobretudo, as cariocas. Autores salientam a existência delas há mais de um século compondo a paisagem da cidade do Rio de Janeiro. Por essa e outras “razões”, a retórica sanitarista ganhou espaço e fecundou o terreno para a tomada de decisões governamentais, mormente a gestão do Prefeito Pereira Passos (1902 – 1906), tal como a adoção de medidas administrativas contrárias a tais espaços, já naquela época percebidos como lócus dos problemas sociais.

Ao se pretender salientar a dialética entre o projeto urbano e a memória da favela, é mormente para enfatizar que essa intervenção pode ser drástica ao ser considerado que as demolições previstas e as obras realizadas representam uma descaracterização do núcleo histó-

rico daquela que é a gênese das favelas cariocas.

O risco emerge em transformar o Morro da Providência em um simulacro, um cenário nada autêntico, conferindo a perda da identidade e das características de valor histórico, sendo resultado de uma atividade turística sem pilares sustentáveis ou comunitários, apenas alienado e predatório, deixando de prover melhorias urbanísticas que a população tanto almeja e necessita.

Referências

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. FRIAS, Rubens Eduardo. (Trad.). São Paulo: Centauro, 2001. 144 p. ISBN 978-85-88208-97-1.

_____. **La revolución urbana**. Madrid: Alianza Editorial, 1972.

_____. **The production of space**. London: Blackwell, 1998.

O desafio da inclusão da comunidade Canela no plano urbanístico de Palmas

José Vandilo Dos Santos

A comunidade Canela, antigo distrito de Palmas, tornou-se objeto de estudo da minha tese de doutorado concluída em 2011, por se tratar de uma comunidade impactada pela construção da Usina Hidrelétrica Eduardo Magalhães, em 2001, mais conhecida como Usina do Lajeado.

O local destinado para a instalação da comunidade Canela foi a quadra 508 Norte no Plano Urbanístico, antiga Arne 64. Entretanto, para lá não foi toda a população da comunidade depois da inundação das águas com a formação do lago. O outro setor para o qual foram os demais moradores, que não eram proprietários das casas nas quais residiam, foi o Santa Bárbara, periferia da capital, junto aos Aurenys.

É importante observar que o impacto da construção de Palmas, e a novidade que ela apresenta, e, em seguida, a construção da usina que formou o lago artificial na região do antigo povoado Canela trouxeram mudanças significativas e irreversíveis para os moradores em termos não apenas de nova infraestrutura, como no caso da quadra na qual foram morar, mas, sobretudo, nos aspectos simbólicos, de contatos com novos valores culturais, por se tratar de um ambiente completamente diferente daquele a que estavam acostumados (HALL, 2006).

Com a construção de Palmas deu-se um contato maior da população do povoado Canela com a crescente população da capital,

principalmente nos finais de semana, quando as pessoas para lá se dirigiam em busca de lazer. Isso alterou as relações de convivência e de comércio, já que os moradores ofereciam serviço de barracas com bebidas e comidas aos visitantes por conta da praia que se formava no rio Tocantins (HALL, 1999).

Pouco tempo depois, veio o deslocamento definitivo para a área urbana e o enfrentamento de uma série de problemas até então desconhecidos pelos moradores, como a falta de transporte público, asfalto, saneamento, além do desemprego, mais pela falta de qualificação profissional para as áreas que a cidade exige. Tendo em vista essas questões problemáticas para a comunidade, a luta do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) se deu no sentido de manter essas pessoas residindo próximo ao lago e não afastadas das condições naturais que lhes proporcionavam a sobrevivência. Um exemplo negativo de situações dessa natureza entre os reassentados na cidade foi o caso de um morador que precisou vender sua nova casa para adquirir um meio de transporte que lhe possibilitasse a sobrevivência, já que ele não dispunha de outro meio para sustentar a família (ELIAS, 2000).

Por outro lado, através da festa ao Divino a população tenta manter suas tradições e busca interagir com os habitantes de Palmas num processo visível de ganhos e perdas. A relação espaço-cidade acontece com as dificuldades inerentes à adaptação no novo espaço e até mesmo no tocante à luta pela escritura de suas novas moradias (HALL, 2006). Todo esse quadro traduz o desafio de inclusão da comunidade no plano urbanístico da capital a partir do enfrentamento dos conflitos e contrastes que desenharam a estruturação de sua identidade diante das novas condições de existência (SANTOS, 2011).

Para compreender as relações entre os moradores do antigo Canela, órgãos públicos e a população de Palmas, recorri às teorias sobre multiculturalismo e diversidade cultural, tendo em vista observar que a formação de uma identidade acontece a partir de aspectos relacionais que encontram na memória dos moradores um fio condutor para sua luta por reconhecimento e reparação.

Referências

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os Outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

_____. **Da Diáspora – Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

SANTOS, José Vandilo dos. **Memória e a dimensão política da identidade na comunidade Canela - estado do Tocantins (2000 - 2008)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011. (Tese de Doutorado)

